

Conversão: nova lista

17 MAR 1988

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Banco Central (BC) decidiu ontem cancelar a lista de pedidos para conversão da dívida em investimento que tinha recebido a partir de 21 de julho do ano passado. A lista abrange 69 pedidos, no valor global de US\$ 1,7 bilhão, que estavam aguardando a definição das novas regras da conversão.

A decisão do BC foi tomada em reunião de diretoria sob o argumento de que sua existência perde sentido agora que estão acertados os detalhes operacionais para a conversão a partir da nova regra introduzida pela Resolução nº 1.460, de fevereiro último. O diretor da Área de Mercado de Capital do BC, Keyler Carvalho Rocha, adiantou ontem a este jornal que o BC vai enviar telex para cada um dos solicitantes comunicando a decisão.

A lista de pedidos ingressados no BC até o dia 20 de julho do ano passado será respeitada. Esta envolve um total de 46 solicitações, com a garantia de tratamento pelas regras da antiga Carta circular nº 1.125, onde o investimento é registrado pelo valor de face do papel de crédito e só o credor original pode candidatar-se à conversão. O valor desses pedidos alcança US\$ 842,848 milhões, dos quais US\$ 263,811 milhões haviam recebido autorização do BC até o dia 7 de março.

Carvalho Rocha adiantou que os interessados na conversão de dívida vincenda — esta não será submetida à regra do leilão — terão de reapresentar seus pedidos ao BC a partir da data de publicação no Diário Oficial da circular que vai tratar do tema.

A circular deve ser assinada nesta sexta-feira, mas deixará claro que a dívida vincenda, tanto do setor privado quanto do setor público, será registrada como investimento no BC com o percentual de desconto que tiver sido fixado no leilão de deságios realizado antes do ingresso do pedido na autoridade monetária.

Assim, valerá para os pedidos de conversão da dívida vincenda apresentados no BC, antes da realização do segundo leilão, o deságio leiloado no próximo dia 29. Para investimentos nas áreas incentivadas, fica valendo o deságio apurado em leilão para áreas incentivadas; e aplicações em outras áreas serão registradas com o deságio deter-

minado em leilão para outras áreas. "Deste modo, a regra do jogo fica clara para todos, e os interessados em converter dívida vencida já saberão qual o desconto que terão", atestou Carvalho Rocha.

A dívida vincenda do setor privado — envolvendo cerca de US\$ 10 bilhões — poderá ser convertida para aumento de capitalização, novos projetos de investimento, composição de fundo de conversão e, possivelmente, para compra de participação societária. Este último detalhe não está definitivamente acertado.

Já a dívida vincenda do setor público — cerca de US\$ 30 bilhões — só poderá ser convertida para investimento no próprio setor público. Mas a diretoria do BC ontem decidiu que os recursos necessariamente não precisam ir para a mesma estatal detentora original da dívida, podendo ser direcionados para outra empresa pública.

Outros detalhes com respeito ao leilão acabaram sendo acertados. Ficou decidido que as corretoras vencedoras (apenas a dívida vencida, depositada no BC, será convertida via leilão) terão de preencher no mesmo dia, após o encerramento do leilão, um documento no qual estarão identificando o nome dos detentores do crédito a ser trocado por investimento. Esta é uma maneira de evitar que corretoras participem do leilão sem estar representando um cliente. A existência ou não de deságio mínimo no primeiro leilão deve ser decidida pelo BC até sexta-feira.

O presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Roberto Faldini, acolheu bem as normas do leilão de conversão de dívida e acredita que o processo estimulará o lançamento de novas ações.

(Ver página 28)